

## **ESTUDANTE SURDO E O ENSINO DE CIÊNCIA: UMA REALIDADE EDUCACIONAL E SOCIAL**

Lucas Eduardo da Silva (1); Ariany Palhares de Oliveira Borges Vicente(2)

*Instituto Federal do Triângulo Mineiro, lueduardosilva@gmail.com (1); UFTM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro, arianyborges2@hotmail.com (2).*

**Resumo:** O presente artigo propõe apresentar uma experiência com alunos surdos e ouvintes do ensino fundamental. O objetivo é sensibilizar alunos, professores, intérprete de LIBRAS e integrantes do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) sobre a importância do respeito ao próximo, divulgar a LIBRAS como Língua oficial da comunidade surda e promover aceitação da pessoa com deficiência no ambiente escolar. Como metodologia para elaboração desse artigo baseou-se em leis que amparam os surdos, e utilizou-se uma experiência vivenciada pelos alunos do PIBID, tradutor/intérprete de LIBRAS, professora de ciências, alunos surdos e ouvintes. Participando de uma aula invertida, ou seja, toda ministrada em LIBRAS, em turmas do 6º ao 9º ano do ensino fundamental em uma escola da rede pública de ensino, sendo que a única forma permitida de comunicação durante a aula seria a LIBRAS que deveria ser aplicada em todos os momentos, como: exposição do conteúdo, solicitação do aluno ouvinte para ir ao banheiro u beber água e outras situações que por ventura pudessem surgir, ficando terminantemente proibido o uso da Língua Portuguesa durante a experiência, levando-os a imersão na cultura surda,. As leituras realizadas e a vivência em sala de aula mostram que embora a legislação vigente ampare o acesso da pessoa com deficiência no ensino regular ela não garante a permanência nem tão pouco a oferta de uma educação de qualidade a esse público. Em geral, e apesar da aflição dos alunos ouvintes de não entendermos o que estava acontecendo, foi uma experiência ímpar, muito válida e prazerosa, nos possibilitando um crescimento intelectual e empírico que normalmente não se aprende na graduação, e que essa inserção na “vida real” muda a maneira de como vemos as coisas. Experiências ricas como essa nos mostra a importância do conhecimento acerca da LIBRAS, principalmente e impreterivelmente em um ambiente inclusivo, onde a presença do tradutor/intérprete de LIBRAS é indiscutivelmente.

**Palavras-Chave:** Ciências, Inclusão, Intérprete de LIBRAS, PIBID, Surdez.

## **Introdução**

A cidade de Uberaba, localizada no estado de Minas Gerais, mais precisamente no triângulo mineiro, é pólo para o processo de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, atendendo segundo informações obtidas pela secretaria de educação da Prefeitura Municipal de Uberaba 39 municípios da região. Mesmo longe do ideal, é modelo de gestão quando se refere à inclusão social, por isso atende essa quantidade considerável de cidade.

Dentro desse modelo de gestão inclusiva se encontra poucas instituições que contemplem a inclusão, e uma delas é a escola estadual “Quintiliano Jardim”, que atende cerca de vinte e cinco alunos matriculados no ano de 2016 com deficiência do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, e 1º ao 3º do ensino médio, de diversas cidades vizinhas nos três turnos. O PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (subprojeto Ciências e Biologia), com a grande importância que tem nos processos formativos de docentes fazia parte desse contexto, auxiliando em atividades que pudessem ajudar os futuros professores a trabalhar com inclusão e entender como ela de fato acontece.

Entretanto, observou-se que, ainda, não há um trabalho concreto de conscientização com os alunos que não possuem deficiência e/ou outras especificidades, para que estes possam receber e conviver com a diversidade presente no ambiente escolar. A surdez ocupa uma posição de destaque dentro desta escola, sendo que, em quase todas as salas do turno matutino excetuando apenas o 2º ano do ensino médio, existem surdos matriculados, com turmas que chegam a atingir 20% de estudantes surdos, o que dificulta (e muito) a inclusão educacional, haja vista, a dificuldade encontrada principalmente por parte dos professores, que, não estão totalmente preparados para recebê-los, o que torna imprescindível a presença de um tradutor/intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) em sala de aula, realizando a interpretação simultânea, do conteúdo trabalhado pelo professor ouvinte.

Conforme Lei nº10. 436 de 24 de abril de 2002 a LIBRAS é reconhecida como meio legal de comunicação. Assim sendo, a Primeira Língua (L1) dos surdos é a LIBRAS entendendo então que, a Língua Portuguesa (L2) deverá ser trabalhada na modalidade escrita, lembrando que, a L1 apresenta-se na modalidade visual-espacial enquanto que, a L2 configura-se como Língua oral-auditiva, o que as difere gramaticalmente, implicando em formas de comunicação diferenciadas e próprias, respeitando sua cultura e contextos.

A professora responsável pela disciplina de Ciências sempre obteve um olhar diferenciado e atento em relação à conduta de suas aulas e sua forma de avaliar os alunos surdos, sempre respeitando suas limitações. Porém, a atenção

obtida a este grupo, acabou por inflar o preconceito de alguns colegas de classe (de várias turmas), com piadinhas e tratamentos maldosos, desigualdade, e o desrespeito de forma geral, principalmente quando não era possível contar com a presença da intérprete por algum motivo, “deixando” assim os alunos “jogados”, pois não aprenderiam nada, o que os deixavam inquietos e sem participar das atividades, justamente por essa barreira. Esta situação infelizmente era frequente e sempre era preciso mediar e intervir com momentos reflexivos. Devido à quantidade exagerada de problemas apresentados por esse motivo, surgiu a ideia e a iniciativa dos alunos do PIBID de propor uma atividade onde os papéis pudessem ser invertidos com os alunos do ensino fundamental II (6º ao 9º ano), colocando os ouvintes no lugar dos surdos através de uma situação problema.

A atividade teria como objetivo sensibilizar principalmente os alunos, e consequentemente os professores, intérprete de LIBRAS e integrantes do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) sobre a importância do respeito, das nossas ações em sala de aula, além de divulgar a LIBRAS como Língua oficial da comunidade surda e, ainda, promover e trabalhar a aceitação da pessoa com deficiência no ambiente escolar.

### **Metodologia**

Como seria feito a situação problema: Seria combinado com a intérprete, professor supervisor e todos os pibidianos, que a aula seria toda invertida, ou seja, toda ministrada em LIBRAS, especialmente para os surdos, e que todos os alunos ouvintes que tentassem se comunicar de forma oral seriam ignorados e na insistência, advertidos, sendo que a única forma permitida de comunicação durante a aula seria a LIBRAS que deveria ser aplicada em todos os momentos, como exposição do conteúdo, solicitação do aluno ouvinte para ir ao banheiro e outras situações que por ventura pudessem surgir, ficando terminantemente proibido o uso da Língua Portuguesa durante a experiência, levando-os a imersão na cultura surda, utilizando a LIBRAS como se fosse sua língua materna. Durante a aula, a intérprete teria total autonomia na condução da aula, se direcionando aos ouvintes sempre que possível, questionando sobre a aula, como estavam se sentindo, o que estavam achando de toda esta vivência e o que estavam entendendo.

O esperado seria que nenhum aluno ouvinte pudesse entender o que estava acontecendo, pois não sabiam se comunicar através de LIBRAS, exceto os colegas mais próximos a eles, que aprenderam falar devido a convivência, e não por qualquer tipo de aula

ou políticas que permitissem a ele a integração através da inclusão.

Próximo ao encerramento desta experiência e vivência seria solicitado aos surdos, que se dirigissem até a frente da sala, para compartilharem a emoção do momento, o que estavam pensando, o que acharam, etc. e em seguida, atribuiriam sinais pessoais de identificação aos colegas que ainda não o possui. O batismo do sinal faz parte da cultura surda e é a forma que os surdos utilizam para identificar as pessoas sendo desnecessário realizar a datilologia do nome desta sempre que for se referir a ela, para isso, os surdos observam características físicas e comportamentais da pessoa para lhe conferir o sinal. Este sinal/batismo deve ser realizado por apenas por um surdo e não se deve trocar, pois, é a partir desta marca visual que o sujeito passa a ser aceito na comunidade surda.

Como registro e para que haja comparação entre os depoimentos, afim de nos orientar quanto as formas de lhe dar com momentos assim, seria ideal solicitar um relato por escrito dessa experiência.

No fim, de maneira anônima, seria comentado os relatos, e então seria feito um momento de sensibilização e reflexão sobre tudo o que havia ocorrido, tentando assim diminuir, e até exterminar esse preconceito e desrespeitos que havia entre um aluno e outro.

## **Resultados e Discussão**

Os resultados foram muito melhores que os previstos, com a colaboração de todas as partes na execução, desde a direção até aos alunos que apresentavam característica custosa.

Os surdos ficaram muito felizes, pois, pela primeira vez em todo aquele contexto estavam sendo tratados com respeito e prioridade, sentindo-se importantes e participativos naquele momento, pois eram tratados involuntariamente com descaso.

Como esperado, quase toda a sala não entendia nada (inclusive o professor e os pibidianos), apenas os surdos e os amigos muito próximos dos surdos, que pela convivência e importância a eles dados, desenvolveram algum tipo de comunicação com seus colegas surdos.

Em geral, e apesar da aflição de não entendermos praticamente nada, foi uma experiencia ímpar, muito válida e prazerosa, nos possibilitando um crescimento intelectual e empírico que normalmente não se aprende na graduação, e que essa inserção na “vida real” muda a maneira de como vemos as coisas.

Quanto aos relatos e depoimentos cominou em produtos fantásticos, que merecem destaque, como o da aluna “A” (ouvinte) “Deve ser muito chato

você vê os outros rindo, se divertindo e não entender nada!"; "B" (ouvinte) "Em minha opinião não deveria ter LIBRAS somente em horário político, mas em qualquer programa de TV[...]"; "C" (ouvinte) "Para mim parece que os surdos estão falando em Inglês."; "D" (ouvinte) "[...] realmente eu senti que eu tinha que aprender a respeitá-los e não ver só as diferenças."; "D" (surda) "Educação eles não ainda única não entender dificuldade de comunicar. Ela falar voz simples não entender nada. "; "E" (surdo) "Porque surdo e ouvinte não igual de aula na sala mas professora difícil que falar com surdos não entender que falar de nada assim primeiro colocar interprete com claro entender".

Podemos observar a partir dos trechos citados, (principalmente dos surdos) a importância do conhecimento acerca da LIBRAS, principalmente e impreterivelmente em um ambiente inclusivo, onde a presença do tradutor/intérprete de LIBRAS é indiscutivelmente necessária e prevista legalmente no Decreto Nº 5626 de 22 de dezembro de 2005, tornando assim, possível a comunicação necessária, saudável e respeitosa entre todas as partes envolvidas, e que essa conscientização (sensibilização) seja melhor aceita, para que os surdos e todas as outras pessoas com deficiência inseridas educacionalmente e socialmente sejam tratadas com equidade e respeito, evidenciando a verdadeira inclusão, fugindo da política de inclusões exclusivas.

## **Conclusões**

Para compreender um pouco mais sobre a educação de Surdos, necessário se faz conhecer sobre sua trajetória educacional.

A história dos Surdos se destaca principalmente na Antiguidade e Idade Média por ter sido um período marcado por lutas e sofrimento, pois os Surdos eram vistos como pessoas incapazes e por isso, eram segregados, ignorados e deixados à margem pela sociedade. Segundo Fernandes (2012) a reversão desse quadro começou a ter início quando filósofos passaram a difundir a ideia da possibilidade de aprendizagem dos Surdos sem depender, necessariamente, da audição ou da fala.

No tocante à educação de Surdos, há de ressaltar-se que o acesso ao conhecimento era para poucos, ou seja, apenas Surdos advindos de famílias nobres é que recebiam instrução com um professor contratado que realizava o atendimento educacional individualizado, evidenciado desta forma a discriminação social entre o Surdo, o isolamento, a privação de contato entre pares e a não interação entre estes.

A trajetória da educação de Surdos contempla três correntes filosóficas: o oralismo, a comunicação total e o bilinguismo (DORZIAT, 1999).

Destacamos que o oralismo esteve presente por mais de cem anos na educação de surdos e não obtivemos registros de que esta metodologia tenha sido válida dentro da comunidade surda, por não reconhecer o surdo, sua língua e cultura. O mesmo aconteceu com a comunicação total que embora, apresentasse uma metodologia um pouco diferente ainda assim, seu objetivo estava centralizado na fala.

Assim sendo, depois de um longo período surge o bilinguismo que percebe o surdo como um ser linguístico e culturalmente diferenciado e não como um deficiente. Por outro lado, o ensino é pautado na língua de sinais como primeira língua e no caso do Brasil a língua portuguesa (na modalidade escrita) é trabalhada como segunda língua, o que torna indispensável um intérprete.

A função do Tradutor e Intérprete de Libras e Língua Portuguesa (TILSP) no ensino regular tem sido alvo de muitos comentários e pseudo-definições. Dentro da comunidade escolar, este profissional é visto por alguns docentes como o real responsável pelo desenvolvimento escolar do estudante surdo e esta visão está presente em algumas falas como: “intérprete, peça seu aluno para se sentar” ou “seu aluno fez a tarefa?”. Fatos assim, tem sido comumente relatado por TILSP em reuniões, seminários e encontros para estudos.

A partir desses relatos grupos de TILSP de diversas partes do país, associações e federações vem lutando constantemente por meio de documentos e também por meio de pesquisas e relatos de experiências para que a profissão destes profissionais seja cada vez mais consolidada e reconhecida no âmbito escolar/acadêmico.

O exercício da profissão de tradutor e intérprete de LS é regulamentada pela Lei nº 12.319 de 1º de setembro de 2010, ou seja, é uma conquista recente graças à Associação Brasileira de Tradutores que lutou bravamente por mais de duas décadas pela regulamentação da profissão conforme descrito em Lacerda (2009) e que, infelizmente, ainda é desconhecida por muitos.

A apresentação de suas reais funções é amparada, inclusive, em BRASIL (2002 p. 19) que aponta que os TILSP “[...] não caracterizam e não podem substituir as funções do professor que é responsável pela sala de aula bem como da disciplina que ministra na escola comum de ensino regular”.

O que acontece é que por vezes o estudante surdo chega aos anos finais do ensino fundamental sem estar alfabetizado em LP, o que torna mais

complexa a compreensão do conteúdo trabalhado. Outro fator que merece destaque é que, da mesma forma, a aquisição da LS para determinados estudantes também tem demonstrado déficit, ou seja, por vezes o intérprete realiza a interpretação das aulas, mas os estudantes não relacionam o sinal ao seu significado, o que atribui ao intérprete muitas vezes a responsabilidade e a função de transmitir novos sinais e a forma como é representado em LP, pois a escola regular comum não conta com um profissional surdo à disposição do aluno em todos os momentos.

A mediação entre estudantes surdos, estudantes ouvintes e professores tem ocorrido dentro das salas de aula, entretanto, outro ponto lamentável e motivo frequente de queixa entre os TILSP é em relação à ausência de um planejamento realmente voltado para a realidade deste público. Ou ainda, a nulidade de oferta de atividades e/ou instrumentos de avaliações apropriados para os estudantes surdos, o que remete em determinados casos em notas baixas, baixa autoestima, desmotivação e evasão escolar.

Esclarecemos que não podemos aqui generalizar ou afirmar que estes fatos acontecem em todas as escolas ou, ainda, com todos os surdos, mas tem sido motivo de inquietações dentro da comunidade surda e até de revolta em alguns casos, pois não são raros os casos de estudantes que procuram pelos intérpretes no contraturno, buscando auxílio para a solução de atividades, trabalhos e até mesmo tradução de termos utilizados e desconhecidos em sala de aula.

Outro fator que merece destaque é a falta de diálogo entre professores e intérpretes, esta resistência ou afastamento tende a dificultar ainda mais o processo de aprendizagem do estudante surdo. Necessário seria que houvesse um empenho maior, a começar pela disponibilização do planejamento do professor para o TILSP com antecedência, para que este profissional pudesse também se planejar, no que se refere à pesquisa de sinais pertinentes ao conteúdo e também de estratégias para aprimorar o aprendizado dos estudantes surdos.

O professor que mantém união e diálogo constante com o TILSP, aproxima os estudantes surdos do seu conteúdo, das suas aulas e com isso, nota-se maior envolvimento e desenvolvimento dos surdos.

Na escola regular onde esta pesquisa foi desenvolvida existe um centro de apoio e capacitação às pessoas surdas e aos profissionais que atuam nesta área, entretanto, não percebemos o esforço por parte de alguns profissionais, tampouco o interesse em buscar por cursos de Libras, ou de português como L2 para surdos ou ainda de matemática para surdos que são duas das modalidades disponibilizadas por este centro.

De acordo com o ofício circular nº 549 de 23 de novembro de 2006 o papel do TILSP em sala de aula no estado Minas Gerais é:

1. Assegurar a acessibilidade à comunicação dos alunos surdos na escola, visando intermediar as relações comunicativas entre os professores e os alunos surdos, bem como entre estes e os demais alunos ouvintes;
2. Informar ao professor, sempre que necessário, sobre as especificidades dos surdos;
3. Oferecer ao professor, quando este solicitar, um *feedback* do processo de ensino-aprendizagem decorrente de sua intermediação interpretativa (sem assumir nenhum tipo de tutoria);
4. Manter-se imparcial e neutro, garantindo o direito dos alunos de manter suas “informações confidenciais”;
5. Esclarecer os alunos somente sobre as questões pertinentes à língua e ao processo interpretativo;
6. Considerar junto ao professor a organização física da sala de aula, a disposição das pessoas, a adequação da forma de exposição dos conteúdos, com o intuito de garantir a qualidade da interpretação;
7. Manter uma postura condizente com o ambiente educacional, respeitando as regras e os limites institucionais.

Embora o documento oriente para que haja neutralidade e imparcialidade, já houveram fatos que necessitaram com o consentimento do surdo, de serem revelados à sua família ou responsável, pois era a este profissional que estava sendo confiado um fato importante, então para todas as situações precisamos também avaliar qual será nossa atitude e se ela incorrerá em danos e ainda se estes podem ou não ser reversíveis.

O documento afirma ainda, que “o intérprete não é professor e, sendo assim”:

1. Não tem autonomia para ensinar conteúdos, tirar dúvidas dos alunos ou responder pelo professor;
2. Não pode assumir nenhuma responsabilidade de ensinar, monitorar, disciplinar, ou outra atividade de competência do professor, ainda que este lhe delegue tal responsabilidade;
3. Não deve apresentar informações acerca do desenvolvimento dos alunos;
4. Não deve assumir responsabilidades ou realizar atividades gerais extra-classe, se estas não forem de interpretação.

Percebemos que os tópicos 1 e 2 apresentam de forma imperativa as normas, porém, os tópicos 3 e 4 trazem a nomenclatura “não deve”, deixando assim, uma possibilidade para que tais funções sejam desenvolvidas. Assim, de acordo com os documentos apresentados sentimos que muito foi realizado, contudo, há muito o que lutar, consolidar e conquistar.

Ao nos depararmos com o termo inclusão educacional temos a sensação de igualdade, de possibilidades, de oportunidades, de nos inserirmos em um ambiente que outrora não nos era possível nem confabular: este termo, por fim, nos remete a algo inimaginável, fantástico e

até utópico.

A inclusão nos leva a pensar em mudanças, em diferenciais, em sonhos e, como adotado na atualidade, em quebra de paradigmas. Mas quando olhamos para o cenário real, todo este ideal cai por terra. O que realmente vem acontecendo? Existe um (ou vários) culpado(s)? Como materializar o que até então vem sendo trabalhado na teoria? São questionamentos que insistem em nos rondar diariamente dentro das escolas.

De antemão, percebemos que existem realmente chances de a inclusão ser colocada em prática por meio de elementos que permeiam a sala de aula, porém, o panorama observado durante essa pesquisa tem nos mostrado uma inclusão que caminha a curtos passos e baseada em crenças.

Crenças? Sim, crenças! A começar pela presença do TILSP em sala de aula que apresenta pelo menos três visões distintas: (i) é entendida como solução e única forma de diminuição de barreiras entre estudantes surdos; (ii) responsável pelo (in)sucesso do estudante surdo e (iii) elemento neutro.

Outra crença apontada é a de que todo surdo consegue realizar a leitura labial, sendo dispensável a presença do TILSP em sala de aula. Ou ainda, de que nenhuma diferença existe entre os estudantes surdos e ouvintes – a única diferença é que eles não ouvem, então não há necessidade e nem preocupação em realizar adaptações de materiais, uma pedagogia bilíngue que respeite e contemple a cultura surda deste surdo.

Deixando a sátira de lado na introdução deste assunto, percebemos que o termo educação inclusiva vai de encontro com o termo educação tradicional e que a proposta para que a inclusão realmente se desenvolva no ambiente escolar deve ser a de repensar o papel da escola, de valorizar as diferenças existentes, promover a participação dos estudantes surdos durante as aulas e proporcionar momentos de reflexão com todos os estudantes da turma para que os trabalhos sejam desenvolvidos em equipe.

Reiteramos que a escola regular onde este trabalho se desenvolveu não tem medido esforços no que se refere aos estímulos oferecidos ao corpo docente, demais funcionários e comunidade para que tenham acesso ao aprendizado da LS, contudo, observamos que o interesse e a procura pelos cursos tem sido cada vez menores por parte das pessoas que realmente são/estão envolvidas com a pessoa surda. Sobre este assunto, a Declaração de Salamanca, pontua que:

Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou

diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. Na verdade, deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola. (UNESCO, 2005).

Podemos afirmar que desde o ano do documento supracitado, essa mesma instituição tem feito seu papel no sentido de ampliar a oferta de cursos de capacitação juntamente com o centro de apoio e capacitação existente em suas dependências e ainda luta pela presença de TILSP nas salas com a presença de surdos. Todavia, apontamos como uma lacuna existente a ausência de um planejamento por parte do corpo docente que contemple verdadeiramente o estudante surdo. Beyer (2015) caracteriza a educação inclusiva como:

Um novo princípio educacional, cujo conceito fundamental defende a heterogeneidade na classe escolar, como situação provocadora de interações entre crianças com situações pessoais as mais diversas. Além desta interação, muito importante para o fomento das aprendizagens recíprocas, propõe-se e busca-se uma pedagogia que se dilate frente às diferenças do alunado.

A inclusão é um desafio para todos nós que compomos a escola, é um desafio para os colegas ouvintes, para os professores, para os funcionários e principalmente é um desafio para o estudante surdo que se divide diariamente entre duas/dois ou mais: culturas, línguas, costumes, povos e precisa “sobreviver” a toda essa diversidade.

Anteriormente, questionávamos de quem poderia ser a culpa e se realmente há um culpado ou responsável pelo panorama da educação de surdos. Será que podemos ou devemos simplesmente generalizar e atribuí-la apenas ao professor, quando na verdade, vivenciamos um grande quebra-cabeças no qual várias peças precisam ser organizadas e encaixadas de forma que nenhuma se perca ou seja deixada de lado.

Beyer (2015) aponta a inclusão dos alunos com necessidades especiais como:

Um desafio porque confronta o (pretens) sistema escolar homogêneo com uma heterogeneidade inusitada, a heterogeneidade dos alunos com condições de aprendizagem muito diversas. E isto inquieta e desafia os professores em geral [...] não entendo que seja pelo viés da obrigatoriedade do projeto inclusivo, como acontece em nosso país, que construiremos uma pedagogia inclusiva positiva e também efetiva do ponto de vista de sua implementação nas escolas. É pelo convencimento gradual, por meio da exposição convincente de todos os aspectos que constituem as principais bases (filosóficas, psicológicas, sociais e pedagógicas) do projeto inclusivo, que os professores e educadores em geral poderão se tornar peças estratégicas deste jogo fascinante que se chama educação inclusiva.

Diante deste cenário sobre inclusão faremos um recorte sobre a inclusão em aulas de ciências e com a recente divulgação de estudos nesta área, citaremos exemplos de como a inclusão vem acontecendo no contexto desta pesquisa. Lacerda, Santos e Caetano (2014) explicita abaixo, como é ser professor de estudantes surdos:

Ser professor de alunos surdos significa considerar suas singularidades de apreensão e construção de sentidos quando comparados aos alunos ouvintes. Discute-se muito que a sala de aula deve ser um lugar que permita que o aluno estabeleça relações com aquilo que é vivido fora dela, e deste modo interessa contextualizar socialmente os conteúdos a serem trabalhados, apoiando-os quando possível em filmes, textos de literatura, manchetes de jornais, programas televisivos, de modo a tornar a aprendizagem mais significativa.

Em ciências observamos e que os estudantes surdos, por vezes sentem-se perdidos frente rotina desenvolvida na sala de aula e também em relação aos termos utilizados enfrentando, ainda, o desconhecimento de conceitos espontâneos formados, pois boa parte dos surdos não fazem uso da LS nos ambientes que frequentam e até mesmo em suas casas, por conviverem com pessoas que não dominam a língua, cabendo a escola, ao intérprete e ao “restrito contato” entre os pares, a oportunidade de conhecerem e/ou ampliarem suas noções sobre os aspectos científicos, conforme Oliveira e Benite (2015, p. 460), “o aluno surdo, sem língua constituída, sem conceitos espontâneos formados, ingressará num ambiente no qual terá de: constituir sua língua, aprender outra língua, formar conceitos espontâneos, e ser iniciado na aquisição de conceitos científicos dentro de um mesmo período de tempo”.

Retomamos o termo supra utilizado, restrito contato entre pares para esclarecer que este se dá pela rotina da sala, na qual o surdo precisa organizar seu tempo para acompanhar o TILSP e sua interpretação durante a explanação do professor e, posteriormente, copiar as informações contidas no quadro e, se possível, questionar informações sobre o conteúdo, os sinais equivalentes aos termos utilizados ou até mesmo a forma correta de registrar tal termo por meio da L2.

Em alguns casos, os alunos recorrem aos próprios colegas surdos como fonte de informação sobre sinais e os contextos onde são aplicados. Assim sendo, a importância do elo entre estudantes surdos, professores ouvintes e TILSP, necessita ser cada vez mais defendido e difundido na comunidade escolar que inclui ou pretende incluir estudantes surdos.

A possível barreira entre TILSP e professores se mostra, neste contexto, como um dificultador no desenvolvimento e no aproveitamento do conteúdo por parte dos estudantes.

## Referências

BRASIL, Presidência da República. Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 – Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Brasília, 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm) Acesso em: 03 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. MEC. Decreto nº 5626/05, de 22 de dezembro de 2005 – Regulamenta a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Brasília, 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm) Acesso em: 03 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. MEC. Secretaria de Educação Especial, Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos – **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Brasília: MEC; SEESP, 2003.

BEYER, H. O. Da integração escolar à educação inclusiva: implicações pedagógicas. In: BAPTISTA, C. R. (Org.). **Inclusão e Escolarização: múltiplas perspectivas**. – Porto Alegre: Mediação, 2015. p.73 – 81.

DORZIAT, Ana. **Concepções de Surdez e de Escola: ponto de partida para um pensar pedagógico em uma escola pública para surdos**. São Carlos / SP: Trabalho de Tese (Doutorado), UFSCar (mimeo.), 1999.

LACERDA, C. B. F., SANTOS, L. F., CAETANO, J. F. Estratégias Metodológicas para o Ensino de Alunos surdos. In: LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F. (Orgs.). **Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos**. – São Carlos: EdUFSCar, 2014. p. 185 – 186.

OLIVEIRA, W., BENITE, A.. Estudos sobre a relação entre o intérprete de LIBRAS e o professor: implicações para o ensino de ciências. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, América do Norte, 15, dez. 2015. Disponível em: <http://revistas.if.usp.br/rbpec/article/view/475/447>. Acesso em: 05 set. 2017.

UNESCO. Declaração de Salamanca. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em: 30 ago. 2017.